

EDITORA



UnB

Profissionalidade docente na Educação Profissional

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz
(org.)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Profissionalidade docente na Educação Profissional

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz
(org.)



Coordenação de produção editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Alexandre Vasconcellos de Melo
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P964

Profissionalidade docente na educação profissional / Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.
228 p. ; 23 cm. - (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-039-8

1. Educação profissional. 2. Professores - Formação. I. Silva, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da (org.). II. Cruz, Shirleide Pereira da Silva (org.). III. Série.

CDU 377

Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

Parte 1 – Bases teórico-conceituais da profissionalidade docente

Sobre a profissionalidade docente: dimensões de análise do trabalho e formação para a Educação Profissional	17
---	----

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução	17
---------------------	----

2. Sobre o conceito de profissionalidade docente: apontamentos analíticos do contexto da Educação Profissional	20
--	----

3. Sobre a profissionalidade como expressão da socialização profissional.....	26
---	----

4. A profissionalidade docente como modelo social para a profissão de professor	27
---	----

5. Dimensões constitutivas da profissionalidade docente na Educação Profissional	32
--	----

Descritores de profissionalidade para a Educação Profissional e Tecnológica	37
---	----

Cristiane Jorge Bonfim

1. Introdução	37
---------------------	----

2. Professor da Educação Profissional, profissão e profissionalidade: algumas relações.....	40
---	----

3. Conclusão	49
--------------------	----

Parte 2 – A produção acadêmica sobre o professor da Educação Profissional: analisando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A relação trabalho e formação docente na Educação Profissional: uma análise da produção acadêmica no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica **57**

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **57**
2. O trabalho e a profissionalidade docente na Educação Profissional: o que dizem os estudos **60**
3. Sínteses e considerações **67**

Profissionalidade docente de bacharéis na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise dos periódicos Qualis/Capes **75**

Lourenço Silva Teixeira, Janaína Tôrres Rocha, Hosineide de Freitas Resende e Diana Souza Lima

1. Introdução **75**
2. Sobre o “professor bacharel” na Educação Profissional: o que dizem as pesquisas **77**
3. Algumas considerações **85**

Análise da produção na ANPEd, no ENDIPE e no Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional sobre o professor da Educação Profissional” **91**

Janaína Tôrres Rocha e Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **91**
2. Análise da produção nos eventos científicos sobre o professor da Educação Profissional **95**
3. Considerações finais **103**

Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: estado do conhecimento.....	107
---	------------

Blenda Cavalcante de Oliveira

1. Introdução	107
2. O trabalho docente na verticalização	109
3. Algumas conclusões.....	120

Professores iniciantes na Educação Básica e Tecnológica: o caso do PROEJA no Instituto Federal de Brasília	127
--	------------

Hosineide de Freitas Resende e Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução	127
2. Apontamentos sobre a produção relacionado ao professor iniciante na Educação Profissional	130
3. Diálogos com quem inicia a carreira docente no PROEJA.....	135
4. Conclusões	137

Parte 3 – Analisando o contexto do Instituto Federal de Brasília e a construção da profissionalidade docente na Educação Profissional

Perfil docente e atuação na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do Instituto Federal de Brasília	143
---	------------

Amanda Oliveira de Faria Junqueira, Karina Lie Sato Iatomi, Júlia Faraj Benn e Mônica de Araújo Santos

1. Introdução	143
2. Perfil de professores do Instituto Federal de Brasília: aspectos do ingresso e atuação na carreira docente	148
3. Sobre a atuação profissional no Instituto Federal de Brasília	150
4. Algumas considerações	154

Apontamentos sobre o perfil dos respondentes dos questionários aplicados aos professores do Instituto Federal de Brasília.....157

Bárbara Luisa de Moura, Denize Oliveira Rodrigues Sodré, Jaqueline Alves Rodrigues da Silva, Quérem Dias de Oliveira Santos e Nathália Cassettari

- 1. Introdução 157
- 2. Perfil dos professores 158
- 3. Considerações finais 165

Dimensão política da profissionalidade docente na Educação Profissional: algumas reflexões.....169

Ingrid Louize Santos e Shirleide Pereira da Silva Cruz

- 1. Introdução 169
- 2. Considerações finais 176

Conhecimentos docentes necessários à formação e atuação na Educação Profissional: reflexões de docentes do Instituto Federal de Brasília..... 181

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Claudirene Santos Brito e Sara Raquel Nunes Rodrigues

- 1. Introdução 181
- 2. Formação de professores para a Educação Profissional e a construção da profissionalidade docente..... 182
- 3. Conhecimentos necessários para Educação Profissional: o que dizem os professores 185
- 4. Considerações finais 192

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) na Educação Profissional no Instituto Federal de Brasília.....199

Kézia Andrade Silva Braga, Ana Carolina Sousa Uchôa, Mirian Aguiar Oliveira e Ana Sheila Fernandes Costa

- 1. Introdução 199

2. Sobre a profissionalidade docente: abordagem conceitual.....	200
3. A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP): aspectos quanto ao planejamento da ação docente	203
4. Apontamentos da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) no Instituto Federal de Brasília: o que dizem os professores.....	204
5. Considerações finais	211

**Formação continuada de docentes na Educação Profissional:
analisando aspectos da construção da profissionalidade213**

Graziela Soares Grimm, Waldilene Santos do Nascimento, Raimundo Antonio Rodrigues de Oliveira, Shirleide Pereira da Silva Cruz e Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

1. Introdução	213
2. Profissão, profissionalidade docente e formação continuada.....	214
3. A formação continuada na visão dos professores da Educação Profissional	219
4. Algumas considerações	225

Parte 3

Analizando o contexto do
Instituto Federal de Brasília e a
construção da profissionalidade
docente na Educação
Profissional



Perfil docente e atuação na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do Instituto Federal de Brasília

Amanda Oliveira de Faria Junqueira

Karina Lie Sato Iatomi

Júlia Faraj Benn

Mônica de Araújo Santos

1. Introdução

A configuração federal da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil corresponde ao papel da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela aprovação da Lei n.º 11.892/2008. A partir dessa Lei foram criados também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em substituição às Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e a maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica.

A RFEPCT inclui: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais, CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008, art. 1º), dentre os quais está inserido o Instituto Federal de Brasília (IFB), o qual foi nosso campo de pesquisa.

Os Institutos Federais (IFs) estão presentes em todo o território nacional, e atualmente todos os estados brasileiros possuem, no mínimo, um IF. No total, há 38 Institutos, cada um com seus diversos *campi*. Os IFs tornam-se, então, os principais responsáveis pela oferta, por parte do Governo Federal, da EPT, podendo estes atuarem em todos os níveis e modalidades da Educação Profissional (EP), o que caracteriza a verticalização do ensino presente nessas instituições que se consolidam para a oferta de EPT.

Dessa expansão, uma problemática se aponta. Durante muitos anos na história da educação brasileira é frágil a constituição de uma política de formação de professores específica para os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino. Da mesma forma, a produção acadêmica sobre a análise da docência exercida por profissionais, tanto licenciados como não licenciados na área da EPT, ainda é incipiente. Por exemplo, em estudo sobre a profissionalidade docente no contexto da EP, Cruz, Oliveira e Curado Silva (2016) identificaram, a partir do estudo de teses e dissertações defendidas desde o ano de promulgação da lei da RFEPCT, um número reduzido de trabalho sobre esse contexto.

Nesse cenário, pensar a formação de professores para a modalidade da EP é pensar também no papel que esta modalidade exerce na formação dos cidadãos. A respeito disso, é importante observarmos que a EP se fundamenta sobre três principais pilares: a educação, o profissional e a tecnologia. Tal constatação é aparentemente notável, mas o fundamental é o que a composição desses três elementos significa. O art. 205, da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CFB/88), afirma que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988a).

De acordo com a CFB/88, a educação visa uma formação plena dos indivíduos; porém, reconhecendo as fases de desenvolvimento dos sujeitos e a diversidade da população, há diferentes níveis e modalidades de ensino, o que implica que,

embora todos eles mantenham um objetivo comum, já previsto pela Constituição, é preciso que haja adaptações nas maneiras pelas quais as formações acontecem. Assim, retomamos os três pilares da EPT, para, então, pensarmos que a educação está associada à formação dada aos sujeitos de acordo com os objetivos específicos do seu nível e modalidade; o profissional está diretamente associado aos objetivos dessa formação, uma vez que este será produto da educação proposta, tendo como foco o profissional a ser formado e a profissão proposta; e a tecnologia vincula-se às novas realidades do mercado de trabalho às quais os trabalhadores estão sujeitos, requerendo adaptações para as novas demandas. Rehem (2005, p. 28) afirma que:

De fato, o quadro de transformações em processo no mundo do trabalho impõe novas exigências educacionais, requer um novo perfil de trabalhador para enfrentar os desafios. Neste novo cenário do mundo do trabalho, a educação tem papel preponderante a realizar, considerando as novas implicações da relação educação-trabalho, sobretudo no que se refere aos impactos sobre a relação entre educação e empregabilidade.

Rehem (2005) aponta ainda para a adaptação necessária da educação para formar trabalhadores adequados ao mercado de trabalho vigente, no entanto, devemos também pensar que este processo educacional formador envolve dois principais sujeitos: o professor e o aluno. Entende-se que nessa relação de ensino-aprendizagem o professor é um dos principais responsáveis pela formação desses futuros profissionais tecnólogos. Porém, Suzana Nicolodi (2008, p. 18) leva-nos a uma reflexão importante ao dizer: “Não se pode pensar no professor ora como pessoa, ora como profissional. As duas esferas caminham juntas e são responsáveis pela unicidade-professor.” Por isso é relevante a análise do perfil do docente que atua na modalidade da EP.

Nesse sentido, podemos perceber que há uma formação que antecipa a própria formação dos alunos, afetando-os diretamente na formação dos próprios docentes e as experiências por eles vivenciadas. Por exemplo, no caso do IFB, observou-se um número bastante diversificado de áreas de conhecimentos das quais os professores são oriundos, trazendo consigo especificidades de diferentes processos formativos.

Dos dados levantados identificamos um número aproximado de 70 habilitações diferentes de profissionais nomeados para atuarem como docentes na Instituição, sendo que destas, aproximadamente, 46 são licenciaturas, e os 24 restantes são bacharelados, considerando que muitos cursos exigidos para os profissionais que atuarão na docência na EPT não possuem formação em licenciatura, formando, portanto, apenas bacharéis.

A dicotomia de formação de profissionais licenciados e bacharéis sugere uma análise do perfil dos docentes do IFB para melhor entender a EP que está sendo ofertada pela Instituição. Segundo Rehem (2005, p. 56): “Discutir os requisitos exigidos ao professor pela educação profissional contemporânea remete necessariamente ao exame do perfil requerido aos trabalhadores para o setor produtivo da modernidade ‘líquida’ [...] em decorrência das transformações sociais, laborais e econômicas.”

Rehem refere-se à modernidade como sendo líquida, conceito apresentado por Zigmunt Bauman (2001) para caracterizar as constantes transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, e associa a EP ao perfil de trabalhadores requerido pelo atual mercado de trabalho. Mas, como já sugerido anteriormente, o perfil dos novos profissionais em formação está também associado ao perfil dos próprios docentes. Rehem (2005, p. 57) completa, então, esse pensamento, ao afirmar: “A educação profissional, para resultar na formação desse perfil de trabalhador, convoca novos requisitos aos professores.”

A subjetividade presente em todo ser humano é o que nos leva também a identificar diferentes perfis de profissionais, reconhecendo que, assim como não há uma oposição entre o professor/pessoa e o professor/profissional, não há um professor alheio às suas próprias experiências pessoais e acadêmicas durante a execução das suas atividades como docente. Dessa forma, há também diferenças entre professores licenciados e bacharéis, enfatizando o fato de que, embora ambos os profissionais exerçam o mesmo ofício, os professores habilitados em licenciatura tiveram parte da sua formação dedicada ao ensino, ao contrário dos bacharéis, que possuem uma formação voltada para a pesquisa. Estabelece-se, portanto, duas grandes questões:

a existência de uma modalidade de ensino com princípios e objetivos específicos para a qual os professores não são especificamente capacitados, EPT; e professores com habilitações acadêmicas distintas exercendo a mesma profissão.

Sobre a modalidade de ensino a qual nos referimos, temos a tendência de simplificá-la como uma formação que visa o trabalho; mas ainda que um dos seus pilares seja o profissional, o que nos remete diretamente ao trabalho, a EPT não deve ser confundida com o ensino tecnicista, que restringia a formação dos indivíduos apenas ao aspecto prático, ou seja, à execução do trabalho. Portanto, podemos dizer que a debilidade na formação dos professores atuantes na EPT existe, considerando que cada modalidade de ensino requer um olhar e uma atuação diferente e que, nos últimos anos, essa modalidade vem ganhando espaço, necessitando maior atenção para o seu aprimoramento, não sendo essa mais ou menos importante que as demais. O documento base do Ministério da Educação (MEC) sobre a EP técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio alega que:

Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (BRASIL, 2007).

Ao que se pode perceber, por meio da pesquisa de trabalhos referentes a este mesmo assunto, muito ainda há para se estudar, a fim de melhor compreender a realidade do ensino profissionalizante e realizar propostas de melhorias do mesmo. Nosso trabalho tem característica, então, de ser um estudo exploratório do perfil dos professores dessa modalidade, tomando um instituto, no caso o Instituto Federal de Brasília, que surge no contexto da expansão da Rede Federal de EP.

Para desenvolvermos a pesquisa, inicialmente foi contatado o setor responsável pela nomeação dos professores do IFB desde 2008: a Diretoria de Recursos e Gestão de Pessoas (DRGP), para que se pudesse identificar as áreas de conhecimentos para contratação, as nomeações e as desistências dos docentes da Instituição até os dias

atuais. Em complementação, foram levantados os dados dos Boletins de Serviço disponíveis no próprio sítio institucional do IFB. Estes boletins registram todas as portarias e instruções normativas sobre a vida profissional dos docentes, desde atos de nomeação, alocação de funções, remoção, afastamentos, etc. Nos Boletins de Serviços, identificamos informações por meio das quais foram listadas todas as áreas de nomeações encontradas desde 2008, assim como dados sobre os respectivos nomeados. A busca de informações iniciais pretendia coletar o maior número de dados possíveis com a pretensão de formularmos análises mais precisas e gerar comparativos ao final.

A partir dos dados coletados, foram listadas as áreas de conhecimentos requeridas pelo IFB desde 2008, o número de nomeações e desligamentos realizados em cada ano com o intuito de perceber a rotatividade temporal e de cada área do conhecimento. A partir dos dados coletados e separados por seus respectivos anos, foram gerados gráficos para melhor visualização e análise dos dados.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na aplicação de questionários iguais para os professores de todos os *campi* do IFB, com o intuito de traçar um perfil do professor na EP nessa Instituição. Por meio dos questionários, elaborados cuidadosamente pelo grupo de pesquisa que norteou este trabalho, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPe), procuramos identificar a trajetória de formação e aspectos da atuação desses professores no IEF. É importante ressaltar que os questionários são compostos por partes, dentre as quais para a análise deste texto discutimos dados da Parte I, referente ao Perfil dos docentes, e da Parte II, que versa sobre a atuação no IFB.

2. Perfil de professores do Instituto Federal de Brasília: aspectos do ingresso e atuação na carreira docente

A partir do levantamento de dados feito através dos Boletins de Serviço disponíveis no sítio oficial do IFB, foram contabilizados 112 diferentes nomes de áreas de

conhecimento, a exemplo de Administração, Agroecologia, Agronegócio I, Agronomia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas I, Análise e Desenvolvimento de Sistemas II, Arquitetura, Arte/Música, Artes; Artes/ Dança I, Artes/Artes/Visuais. Assistência Social, Automação e Controle, Barman e Bebidas, etc.). Foi possível ainda identificar uma modificação nos nomes das áreas requeridas para nomeação, por exemplo: “Formação docente”, depois “Educação”; “Ciência e tecnologia de alimentos” antes, depois “Tecnologia de alimentos”. Da análise minuciosa, conclui-se que a instituição agrega aproximadamente 70 áreas de conhecimento diferentes para as quais as nomeações para professores foram realizadas. A mudança de nomes das áreas de conhecimento usada pelo IFB nos editais dos concursos demonstra que o próprio currículo ou as perspectivas sobre os cursos ofertados estão em constante movimento, havendo a necessidade de adaptação dos nomes.

Entre as áreas identificadas, constatamos que o número de áreas que exigem habilitação em licenciatura é praticamente o dobro das áreas de habilitação em bacharelado, fato inesperado para as expectativas iniciais da pesquisa, que estavam voltadas para os cursos oferecidos pelo IFB, considerando-se anteriormente que a maioria dos cursos não eram de curso de formação de professores. Assim, inferimos que a maioria das áreas de habilitação em licenciatura reflete dois aspectos relevantes da oferta estabelecida pelos Institutos. Uma que expressa a indicação na Lei n.º 11.892/2009, que prevê a destinação de 20% de vagas discentes para cursos de licenciatura, principalmente nas áreas de Biologia, Física, Matemática e Química, áreas consideradas com escassez de professores para atuar. E a segunda que indica a expansão da oferta de EP integrada à Educação Básica por meio do Ensino Médio Integrado e do PROEJA; assim, são necessários professores licenciados em número adequado para atender a esta expansão.

Após essa listagem e análise das áreas de conhecimentos para ingresso no IFB dos docentes, os dados sintetizados mostraram que, entre 2009 e 2015, ocorreram aproximadamente 484 nomeações, sendo que o número de contratações por ano e área oscilou significativamente ao longo desses anos.

A identificação da rotatividade por área de conhecimento não foi possível ser realizada, pois as planilhas sobre os desligamentos fornecidas pelo IFB não informam sobre a área do docente desligado, o que impossibilitou a comparação com as áreas que constam na lista de nomeações. Porém, a partir do contato com a Diretoria de Recursos Humanos e da coordenação do IFB, tivemos acesso às planilhas sobre os desligamentos de docentes ocorridos entre o ano 2011 a 2015, período em que realizamos o levantamento. Constatou-se que desde 2008 o número de desligamentos apenas aumentou; porém, na mesma proporção, durante os mesmos anos analisados, o IFB expandiu seus *campi* e aumentou também o número de contratações. Dos 143 desligamentos contabilizados, 77 são homens e 66, mulheres. Esse dado indica que, embora a presença masculina na EP tenda a ser maior, isso inclusive, pela marca social de se associar aos homens uma melhor habilidade com as áreas das ciências exatas, observamos um número significativo de mulheres ingressando e se desligando do Instituto. Assim, identificamos que existe uma diversificação de áreas que atendem às diferentes áreas geográficas e arranjos produtivos nos quais os *campi* do IFB estão inseridos. Observou-se um número elevado de licenciados contratados, denotando que a Rede Federal é um campo promissor de trabalho também para esse profissional.

3. Sobre a atuação profissional no Instituto Federal de Brasília

Em relação à situação funcional dos professores que responderam ao questionário (Questão 10), está apresentado o seguinte cenário: 79 professores eram efetivos, quatro temporários e dois substitutos; e dentre estes, 79 cumprem o regime de trabalho de 40h com dedicação exclusiva, seis cumprem o de 40h, e apenas um o de 20h semanais (Questão 11).

Considerando o contexto dos Institutos sob a marca da verticalização como um espaço diverso e múltiplo, destinado à oferta da Educação Básica ao Ensino Superior até a pós-graduação, as expectativas antes de entrar no IFB indicadas pelos

respondentes são várias. Ensino, Pesquisa e Ensino Superior são as três áreas com maior adesão em relação às expectativas dos docentes, sendo 49 respostas para o Ensino, 40 para Pesquisa e 39 para o Ensino Superior, respectivamente. O ensino técnico profissional e a extensão aparecem logo depois, com 30 e 26 respostas dos docentes. A menor expectativa foi em relação ao Ensino Básico, tendo 20 docentes. É importante lembrar que o mesmo docente poderia escolher mais de uma opção. Essa característica nos indica que o contexto da verticalização não fora um aspecto que o professor tenha tido conhecimento anterior à sua entrada na Instituição.

Quanto ao item do questionário que buscava identificar o conhecimento de quais níveis, modalidades e programas que os docentes já atuaram desde a posse no Instituto, consideramos relevante a questão da atuação docente em áreas distintas, o que é mais um ponto a ser considerado quando se trata da formação do docente para a EP. Assim, foram 11 áreas diferentes de atuações expostas no questionário com suas respectivas marcações de respostas, são elas: Formação Inicial e Continuada (42 docentes); Educação a Distância (EAD) (18 docentes); PROEJA (14 docentes); PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) (15 docentes); Ensino Médio Técnico Integrado (50 docentes); Ensino Médio Técnico Subsequente (64 docentes); Ensino Médio Técnico Concomitante (cinco docentes); Graduação - Licenciatura (34 docentes), Graduação - Tecnólogo (21 docentes); Graduação - Bacharelado (quatro docentes); e Pós-Graduação - Especialização (1 docente). Esses dados nos indicam que a maioria atua no Ensino Médio Integrado, seguido das licenciatura e da graduação - Tecnólogo. Contudo, se juntamos as respostas relacionadas o Ensino Médio Subsequente e o Ensino Médio Integrado, essa atuação aumenta, o que se contradiz com a indicação das expectativas iniciais dos professores antes de ingressarem no Instituto no qual o interesse se direciona mais para o Ensino Superior em detrimento do Ensino Médio Técnico. Os dados também referenda a marca na verticalização, fazendo-nos inferir que a maioria dos docentes verticalizam seu ensino.

Sobre a carga horária semanal em sala de aula, as respostas variam entre menos que 8h até o máximo 24h. Apenas 13 docentes têm carga horária menor que 8h.

O restante varia entre 8h (13 docentes) e uma média 14h semanais. Considerando que a docência não se restringe somente ao que é realizado em sala de aula no contato direto com os alunos, mas que é necessário também contabilizar de forma adequada o tempo destinado para as atividades que devem ser realizadas fora de sala de aula, como elaboração planos de aula, correções de trabalho, organização de demandas administrativas, pesquisa, etc., percebe-se, pela maioria ter o regime de trabalho de 40h, uma tendência à intensificação do seu trabalho. Aspecto esse que é endossado quando se identifica a quantidade de componentes curriculares lecionados por semestre: a média geral fica entre quatro disciplinas diferentes de acordo com a resposta dos professores.

Outros elementos que guardam características de intensificação no trabalho dos professores respondentes se refere à sua atuação em *cargos de gestão* (questão 16). Assim, 70% destes disseram já terem assumido algum cargo, em sua maioria, coordenação de curso, coordenação de área, coordenação de pós-graduação, coordenação de cursos de EDA e de cursos do PRONATEC.

Sobre *pesquisa, extensão e publicação de artigos* (questão 17), nem todos os professores responderam a essas questões. A maior parte dos professores exercem atividades de pesquisa, porém, quando questionados sobre a publicação de artigos, o número se reduz, no ponto de se refletir a respeito da devolutiva sobre o processo das pesquisas realizadas. Como a questão é fechada, é interessante questionar a respeito de quais atividades de extensão são desenvolvidas dentro do IFB, já que a prática também é exercida pela maioria dos professores que responderam a questão.

Na questão 18 do questionário perguntamos sobre as *vantagens do trabalho no IFB*. A esse respeito, os respondentes destacam em ordem de preferência a autonomia que o trabalho possibilita, a flexibilidade de carga horária, o plano de carreira e a realização pessoal. Poucos destacam a oferta de mercado de trabalho, a rotina e o salário. Um ponto de destaque é que na parte aberta do questionário foi indicado como vantagens do trabalho docente o tempo disponível para estudo e planejamento de aula, a infraestrutura do ensino público e a articulação com outras

áreas de conhecimento com vistas no desenvolvimento de tecnologias sociais e aplicadas. Esse último dado parece se contradizer quanto à carga horária semanal, parecendo que o professor não toma conhecimento da intensificação e, mesmo assim, sente que possui tempo adequado para o planejamento.

Em relação às *desvantagens* do trabalho, o item que foi destacado foi o desgaste emocional. O salário é outro ponto de destaque, assim como as amarras administrativas que acabam travando o processo de trabalho por burocracias. Há também, relacionando-se à questão 16, um desgaste por acúmulo de função, o que impossibilita o desenvolvimento de atividades como pesquisa e extensão, por parte do professor. Aspecto esse que referenda a indicação da maioria dos respondentes em terem atuado em cargos de gestão.

Sobre a política de *verticalização* dos Institutos, 63% dos professores dizem conhecer, enquanto o restante dos professores desconhece essa política, três professores não responderam à questão. Segundo o Projeto Pedagógico Institucional do IFB, a verticalização entre os vários níveis e modalidades possibilita a ascensão do aluno para um nível superior dentro do percurso itinerário formativo planejado por cada Campus. Nesse percurso, o aluno aproveita a bagagem de ensino, pesquisa e extensão adquirida no seu curso, quando ascende a um outro nível, ou muda para outro curso no mesmo nível. Para a maioria dos entrevistados a política de verticalização do Instituto Federal de Brasília vem sendo discutida, com vistas à sua melhoria.

A verticalização apresenta vantagem segundo os entrevistados devido à possibilidade de um melhor acompanhamento da sequência didática, diversidade na Educação com relação a perfis e conteúdos e em relação à motivação dos estudantes que buscam maior qualificação.

Para o IFB, de acordo com diferentes documentos orientadores, a verticalização nos níveis de ensino passa pela construção da pós-graduação *lato e stricto sensu*, cujas atividades de ensino e pesquisa abrangem estudantes de todos os níveis. Os projetos de pesquisa desenvolvidos nos cursos de pós-graduação devem envolver

a participação de alunos de outros níveis, incluindo não só os de graduação, mas também aqueles dos cursos técnicos.

Já quanto à *desvantagem*, a maioria dos docentes entrevistados entende que há inviabilidade de novas articulações da discussão entre os âmbitos técnico e superior e a dificuldade de institucionalizar a verticalização. Nesse contexto, o poder decisório é de fundamental importância para a eficiência e eficácia do Instituto. Isto porque a motivação, implantação de políticas de trabalho em equipe, descentralização de decisões, políticas de incentivo e benefícios aos servidores só podem ser conseguidos se o gestor público mantiver uma postura participativa e compartilhada com a maioria dos funcionários no momento de tomada de decisões. Desta forma, os entrevistados entendem que o poder decisório na gestão da verticalização é de relevante importância para que sejam obtidos os melhores resultados na formação dos discentes. Assim, nesse contexto, em relação ao planejamento para o IFB, para que se garanta a realização de planejamento coletivo, é necessário que seja oportunizada carga horária suficiente e institucionalizada. Segundo os respondentes, nessas reuniões de planejamento, deve-se envolver professores de diferentes turmas para planejar ações de transversalização e verticalização de saberes e procedimentos nos diferentes anos de estudo do percurso formativo dos cursos, como componentes subsequentes, adequação metodológica, elaboração de planos de ensino por área de conhecimento.

4. Algumas considerações

Pesquisas como esta, que requerem muitos dados, estão sujeitas a alcançar resultados inesperados, uma vez que o acesso às informações desejadas nem sempre acontece de acordo com o planejamento inicial. Nesse sentido, a dificuldade de acesso a todas as informações necessárias inicialmente redirecionou esta pesquisa e, conseqüentemente, a análise dos dados. Mas, ainda assim, levou-nos à grata conclusão de que há um número significativo de professores qualificados no contexto da EP.

Em contrapartida, percebe-se que a experiência com a EPE se dá, em grande maioria, no âmbito profissional técnico, e não acadêmico, o que endossa as análises de que o conhecimento pedagógico como conhecimento científico para a formação da docência ainda é um conhecimento a ser apropriado, apontando assim para a necessidade de ações de formação continuada voltadas para os profissionais dessa modalidade, que tende a se expandir cada dia mais.

Em relação à atuação docente no Instituto, os dados apontaram para o reconhecimento de que para que o trabalho realizado no Instituto seja consolidado, os professores têm que destinar horas que, por vezes, extrapolam até 10 horas ou mais, indicando assim processos de intensificação. Quanto às atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, os docentes entrevistados não se sentem satisfeitos, uma vez que na gestão é possível perceber a burocracia instalada, que acaba por não colaborar na celeridade e efetividade das ações. Em contrapartida, os professores veem a possibilidade de realizar um trabalho autônomo, a flexibilidade de horário e infraestrutura do serviço público como vantagens para a sua atuação no Instituto, vislumbrado ainda processos de melhoria de consolidação da verticalização via trabalho coletivo e integrado.

Referências

- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. São Paulo: Zahar Editores, 2001.
- BRASIL. *Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 5 de outubro de 1988. 24. ed. Brasília: Senado Federal, 1988a.
- BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 16 out. 2017.
- CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de; CURADO SILVA, Kátia Augusta Pereira. Perspectivas de análise da constituição da profissionalidade do bacharel docente na educação profissional e tecnológica In: ANAIS DO VIII ENCONTRO BRASILEIRO DA RED ESTRADO TRABALHO DOCENTE E PNE: desafios à valorização profissional Santa Maria. *Anais...* RS, 2016.
- NICOLODI, Suzana Ceni Freitas. *A constituição da docência na educação profissionalizante do Ensino Médio*. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2008.
- REHEM, Cristine. *Estudo sobre o perfil do professor de educação técnica e contribuições para um projeto contemporâneo de formação docente no Brasil, numa perspectiva do trabalho e da Educação no início do século XXI*. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2005.
- URBANETZ, Sandra Terezinha. *A constituição do docente para a Educação Profissional*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

Profissionalidade docente na Educação Profissional

Este livro é fruto do esforço coletivo realizado na Universidade de Brasília (UnB) empreendido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPe). Esse esforço girou em torno de uma questão central: *Quais são as dimensões constitutivas da profissionalidade docente na Educação Profissional?*. Tomou, assim, o Instituto Federal de Brasília (IFB) como o principal campo de pesquisa. O IFB, único na capital federal, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília (ETFb), mostrou-se ser uma instituição peculiar para analisarmos a construção da profissionalidade docente dentro desse cenário de oferta da Educação Profissional na região. Trata-se de obra que buscou constituir em práxis a pesquisa acadêmica sob os princípios do trabalho coletivo e da reflexão e intervenção social na constituição da formação de professores. Teve como desafio dialogar com gestores e professores licenciados nas diversas áreas e na Pedagogia, além dos professores-bacharéis, que constroem a profissionalidade docente para atuar na Educação Profissional no cotidiano dos institutos federais no Brasil.

As organizadoras



EDITORA



UnB